

# PS e PSD: Que diferença?

## Atitudes políticas face à intervenção do Estado

RICARDO MAXIMIANO (\*)

«Algumas pessoas mudam de partido por causa das suas convicções; outros mudam de convicções por causa do seu partido.»

Winston Churchill

### 1. INTRODUÇÃO

«É conhecido que, quanto mais próximos do poder, mais os partidos que funcionam em quadro democrático tendem a adoptar posturas ideológicas matizadas e a atenuar, a pôr em surdina, essas posturas. A isso os obriga a vocação simultânea de ganhar acrescidas margens de manobra para os seus dirigentes e de recolher apoios em sectores sociais diversificados ou até virtualmente conflituais. São as próprias regras de funcionamento do campo político que induzem esses partidos interclassistas, englobadores, esses *catch-all-parties*, a perderem em coesão interna o que querem ganhar em extensão (Aguiar, 1988). A sua configuração ideológica torna-se assim tanto mais indecisa quanto mais abertos os seus terrenos de recrutamento já que, pelo menos até certo ponto, tal abertura é favorecida por aquela indecisão.» (Almeida, 1990, p. 21)

O objectivo deste estudo foi o de observar a existência ou não de diferenças entre o Partido

Socialista e o Partido Social Democrata, nos seus militantes ou aderentes, relativamente às atitudes face àquilo que se apresenta fulcral na materialização dos ideários partidários – o tipo de intervenção, maior ou menor, que o Estado deve ter na sociedade, nos seus multivariados aspectos (no domínio do social, na economia, na educação, na saúde, etc.). Pretendeu-se, pois, averiguar se os dois maiores partidos portugueses, pressupostamente de raiz ideológica diferente – o PS, assumidamente de esquerda (Bruneau, & MacLeod, 1986) e socialista (Lane, & Ersson, 1987), e o PSD, enquanto partido de direita (Bruneau, & MacLeod, 1986) e centro-liberal (Lane, & Ersson, 1987) – divergem, efectivamente, ou não, nas atitudes expressas por socialistas e socialdemocratas, estes enquanto membros ou elementos da organização partido, no que concerne à intervenção do Estado, ao papel deste na organização societal.

As atitudes políticas, nos seus contextos individual e social (esquema funcional de Smith, 1968, 1973), emergem como matéria de estudo da maior relevância para a Psicologia Política, por constituírem factor determinante do comportamento político, donde, protagonizarem a inter-

(\*) Psicólogo Social e das Organizações. Investigador na Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

acção entre os fenómenos político e psicológico. Propriamente, a investigação sobre as atitudes representa a área da ciência psicológica que fez o primeiro contacto com a ciência política, e mesmo muitos dos primeiros estudos sobre as atitudes lidaram com aquelas que tinham conteúdo político (e.g., liberalismo e conservadorismo).

### 1.1. *Atitudes e Ideologias*

Lane (1963), sobre o conceito de ideologia, teorizou serem as ideologias resultado das combinações de atitudes, informação, crenças e valores. Para clarificação das relações entre estes conceitos, é de referir Rokeach (1973), para o qual as atitudes constituem uma organização de várias crenças em torno de um objectivo específico ou situação, enquanto que os valores se referem a crenças específicas de modos de conduta e estados finais de existência que transcendem situações ou objectivos específicos. As crenças são identificadas com o componente cognitivo e racional das atitudes (a informação disponível acerca do objecto). Os valores, sendo um número limitado de crenças condicionam múltiplas atitudes, ocupando um papel mais central, estando mais directamente relacionados com as estruturas da personalidade. Segundo Rokeach (*idem*), os valores podem ser vistos como standards para as atitudes.

Eysenck (1954) propôs um modelo de organização das atitudes sócio-políticas que distingue os três níveis de conceitos, opiniões, atitudes e ideologias, através de uma metodologia factorial e hierárquica. Este modelo teórico pressupõe pois uma estrutura hierárquica de organização das atitudes, considerando-as não apenas como dimensões avaliativas, mas como padrões de organização de crenças e de avaliações: as *atitudes* (conjuntos coerentes de itens encontrados por análise factorial das opiniões), são vistas como expressão da organização das *opiniões* (respostas a itens unidimensionais), e as *ideologias* (agrupamento de atitudes encontrado por uma análise factorial de segunda ordem), como expressão das atitudes.

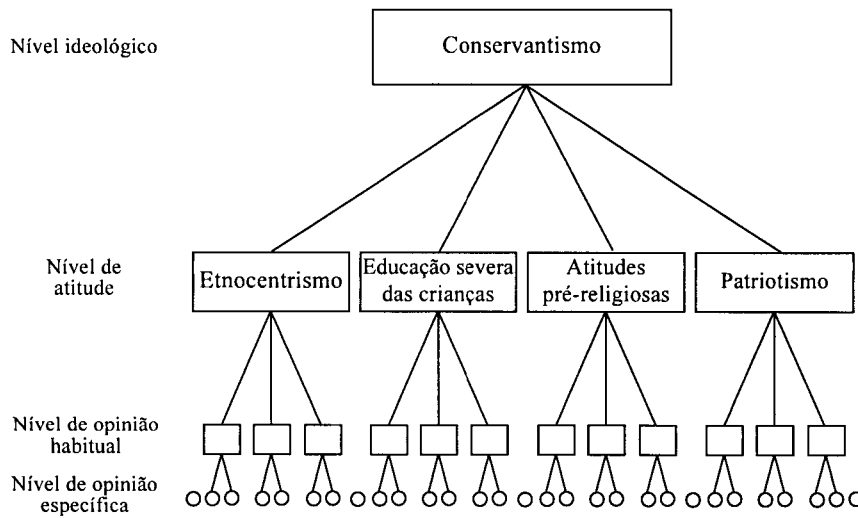
Segundo Eysenck (*idem*), no fundo da hierarquia encontram-se diversas expressões causadoras da atitude ou opinião, que foram sendo tomadas durante toda a vida dos indivíduos. Algumas delas são características das opiniões de

carácter permanente, outras são puramente efémeras e podem ser apenas o resultado de um aborrecimento temporário. Assim, o condutor que vê o seu carro novo amachucado por uma senhora incompetente que guia sem cuidado pode ser levado a pronunciar algumas observações depreciativas em relação às senhoras que guiam, sem, nos seus momentos mais calmos, adoptar necessariamente a posição anti-feminista. É apenas quando as denúncias de opinião são feitas em mais de uma ocasião que se atinge uma relativa estabilidade de opinião, de significado digno de medição e registo. Então pode tomar-se isso como uma genuína expressão de opinião. Essas próprias opiniões estão interrelacionadas. Relações como estas, que envolvem um grande número de opiniões para com um assunto central dão origem a um conceito de ordem algo superior ao da opinião, nomeadamente o de atitude. As próprias atitudes, no entanto, não são independentes, e quando se analisam as suas relações atinge-se uma construção de ordem ainda mais elevada, nomeadamente a de uma ideologia, como por exemplo a ideologia do conservantismo (ver Figura 1).

O autor pretendeu (como hipótese no início), enquadrar as atitudes primárias em dois grandes factores ortogonais. Deste modo, estabeleceu dois eixos ortogonais de nível ideológico que lhe permitem definir as posições políticas mais comuns (socialismo, comunismo, conservadorismo, fascismo, liberalismo). O primeiro, correspondendo à tradicional divisão ideológica entre «esquerda» e «direita», que vinha já desde os tempos da Revolução Francesa (em função da disposição dos lugares parlamentares, com os Jacobinos à esquerda da mesa e os moderados à direita), é considerado por Eysenck, como o factor «*conservadorismo-radicalismo*». O segundo eixo representa um factor designado «*tough-mindedness-tendermindedness*» (rigidez-flexibilidade), e expressa, como o nome indica, a magnitude da «dureza» de posições do sujeito, em função de um maior dogmatismo e de uma maior intolerância ideológica, por contraposição e uma maior plasticidade e abertura em relação às atitudes projectadas no primeiro eixo. Eysenck (*ibidem*), vê o segundo eixo como uma projecção da personalidade dos indivíduos no seu pensamento político.

Para testar o seu modelo, Eysenck construiu

FIGURA 1  
**Representação diagramática da estrutura de atitudes (Eysenck, 1954)**



um questionário composto de 40 itens. Em estudos realizados no pós-guerra (Eysenck, 1947, 1951, 1954), o questionário foi aplicado a vastas amostras e foi encontrada, repetidamente a estrutura bi-factorial defendida na hipótese à partida. O questionário revelou-se externamente válido, dada a sua capacidade de discriminar sujeitos segundo a área de militância política e de voto (Eysenck, 1951, 1954), confirmando-se assim as expectativas do autor. O eixo «radical-conservador», inclui os partidos em linha, comunistas à esquerda e fascistas à direita; o segundo eixo, a que Eysenck (1954) denomina também de «autoritário-democrático», dispõe-se no eixo vertical e coloca os comunistas e fascistas no extremo autoritário e os liberais no extremo democrático (ver Figura 2).

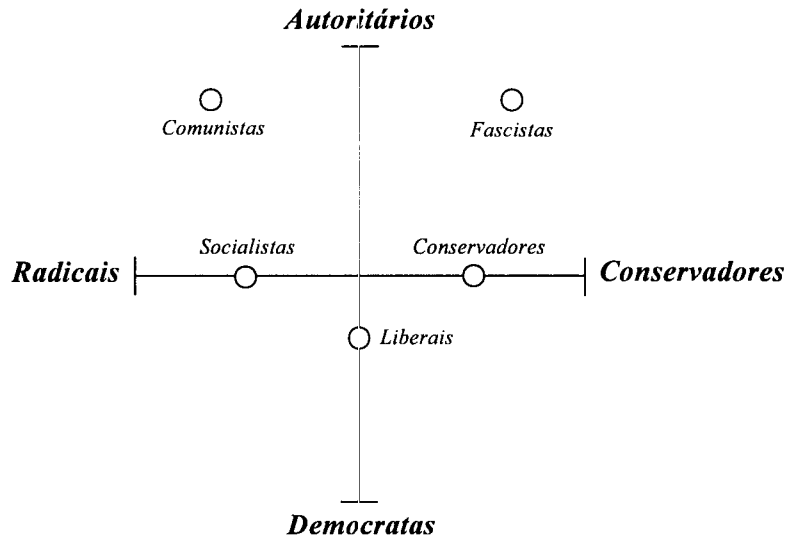
Do ponto de vista teórico, alguns autores, críticos em relação ao modelo, argumentam que a visão da ideologia que nasce das respostas a itens opinativos individuais só pode representar o sistema de crenças de determinados indivíduos, ou, na melhor das hipóteses, as razões que os levam a sustentar determinadas posições ideológicas. Ao centrar-se no indivíduo (na sua personalidade e até nas suas características biológicas), esta perspectiva esquece o carácter

eminentemente social da ideologia: as suas funções e origens sociais e o seu carácter indissociável da dinâmica histórica dos conflitos entre os grupos sociais (Lima, 1993).

Soczka (1983), elaborou uma escala (SOPOL) para o estudo da estrutura e organização das atitudes sócio-políticas em Portugal. A nível empírico, o referido trabalho, encontrou uma estrutura tri-factorial de segunda ordem: «conservadorismo-progressivismo» (religiosidade, conservadorismo, socialismo); «belicismo-pacifismo» (pacifismo, ecologismo); «anomia-pronomia» (anomia). O primeiro factor desta configuração apresenta um significado semelhante ao primeiro factor (conservadorismo-radicalismo) da escala de Eysenck. Porém, enquanto na escala de Eysenck o segundo factor (dureza-flexibilidade) não reveste já um significado ideológico, mas indica uma projecção de traços de personalidade no campo das atitudes sociais, qualquer dos factores de Soczka, representa directamente crenças e avaliações com alcance ideológico, emergindo ainda como um dos aspectos mais conclusivos do estudo, a independência das crenças ideológicas relativamente às dimensões da personalidade (Vala, 1986).

Os cientistas políticos e os psicólogos sociais

FIGURA 2  
**Representação diagramática da estrutura de atitudes postas nas posições relativas de diferentes partidos políticos (Eysenck, 1954)**



interessados nas atitudes políticas têm abordado, frequentemente, o tema da consistência atitudinal numa perspectiva substancialmente díspare das teorias, mais populares em Psicologia Social, da consistência cognitiva. Os mesmos têm assumido que as atitudes são componentes de estruturas mais abrangentes, que tomam a forma de ideologias (Kinder, & Sears, 1985; McGuire, 1985). As ideologias têm sido tipicamente definidas como *clusters* ou configurações de atitudes e crenças, que são interdependentes ou organizadas à volta de um tema societal dominante. Efectivamente, considera-se que as atitudes manifestadas face a políticas específicas pelos secários de uma determinada ideologia, resultam ou derivam dos princípios gerais da respectiva ideologia perfilhada.

Teoricamente, e *a priori*, uma atitude mais favorável a uma maior intervenção do Estado na sociedade será manifestada pelos socialistas: «O PS defende a intervenção do Estado na economia, como forma de influenciar a gestão macroeconómica, corrigir abusos de poder, incentivar a criatividade, o risco e o esforço, promover con-

sensos, arbitrar conflitos e definir orientações estratégicas. (...) intervenção que deve ser correctora, supletiva, incentivadora e catalisadora (...)», e «(...) nos domínios da educação, da saúde, da protecção contra a insegurança no emprego, na velhice ou na invalidez. Em grande parte estas necessidades sociais não podem ser satisfeitas pela economia de mercado e devem ser objecto de oferta pelo sector público» in Declaração de Princípios e Programa (pp. 2 e 9), aprovado no VI Congresso Nacional, Lisboa, 1986. Enquanto uma atitude mais desfavorável a uma maior intervenção do Estado – significa também afirmar uma atitude mais favorável a uma menor intervenção do Estado – será pois expressa pelos social-democratas: «O PSD defende uma sociedade que estimula a iniciativa e a criatividade de cada pessoa em todas as áreas da vida da comunidade, da social à económica, da cultural à científica e tecnológica. Rejeita, pois, modelos programáticos que sobrevalorizem o Estado e a sua intervenção como meio de transformação social, como defendem as concepções socialistas». Considera ainda que «A economia deve ter como base a propriedade e a iniciativa

privadas», e «Essencial é que as empresas estejam sujeitas a uma lógica de mercado», pois, para o PSD «O mercado constitui o meio mais eficiente e capaz de, simultaneamente, evitar o desperdício de recursos individuais e colectivos e assegurar o crescimento económico» in Programa PSD (pp. 21-22, 43, 44, 47), aprovado no XVI Congresso Nacional, Porto, 1992 (para mais detalhada caracterização dos partidos ver Maximiano, 1995).

Assim, foi formulada e considerada a seguinte hipótese:

*Hipótese:* Os socialistas têm uma atitude mais favorável a uma maior intervenção do Estado na sociedade do que os social-democratas.

As variáveis identificadas neste estudo foram então as seguintes:

*Variável Independente:* Partido (ser socialista ou social-democrata)

*Variável Dependente ou Critério:* Atitudes expressas de maior ou menor intervenção do Estado (*scores* obtidos na escala APOLE).

Para este estudo descritivo foram pois constituídos dois grupos: PS e PSD. No final a comparação foi efectuada entre os grupos - between-group design.

## 2. MÉTODO

### 2.1. *Sujeitos*

A amostra total fez o número de 120 sujeitos [ $N = (n_1=60) + (n_2=60) = 120$ ].

No processo de amostragem, foram, primeiramente, seleccionados igual número de sujeitos de cada um dos dois grupos naturais em estudo: 60 sujeitos PS e 60 sujeitos PSD. Destes, em cada um dos partidos, metade são militantes base (30) e a outra metade em exercício do cargo político de deputados à Assembleia da República (30). Relativamente aos militantes base dos dois partidos, os mesmos são pertencentes à área da Grande Lisboa.

Por último, e considerando a extrema dificuldade, esta mesma deveras constatada, que as «gentes da política» manifestam em se expôr, procedeu-se a uma amostragem de conveniência,

sancionando-se as respostas dos sujeitos que, satisfazendo as condições dos dois grupos em estudo considerados, se dignaram responder.

A sub-amostra PS foi constituída por 47 homens e 13 mulheres, com uma média de idades de 41 anos (D.P.=11), sendo 37 dos mesmos técnicos superiores, 5 funcionários técnicos, 9 funcionários não-especializados e 7 estudantes.

A sub-amostra PSD contou com 46 homens e 14 mulheres, uma média de idades de 38 anos (D.P.=13), 25 técnicos superiores, 8 funcionários técnicos, 12 funcionários não-especializados e 8 estudantes.

### 2.2. *Instrumento*

#### **A Escala APOLE**

A escala APOLE – Atitudes Políticas face à intervenção do Estado, como se resolveu denominar, foi construída especificamente para o estudo do problema enunciado no presente trabalho. É o resultado da observação atenta, através dos meios de comunicação social, da literatura, ou mesmo directamente, participando para tal como espectador entusiasta de determinados eventos políticos (como a assistência ao vivo de algumas sessões parlamentares), da vida política nacional, designadamente a dos dois maiores partidos portugueses e objecto de estudo, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Mas, sobretudo, e visando uma maior coerência na sua construção (dos itens), é fruto da análise minuciosa do conteúdo dos princípios e programas de cada partido, dos mais antigos aos mais actualizados, procurando assim obter um conjunto de frases que manifestassem, o mais possível, opiniões acerca do objecto de atitude – a intervenção do Estado; seleccionando depois aquelas que expressassem claramente uma posição favorável ou desfavorável face ao mesmo.

Com este intuito, na formulação dos itens, foram, inclusivamente, utilizadas expressões *ipsis verbis* constantes nos princípios e programas dos partidos – e.g. item 23: «(...) o Estado (...), pode recorrer à apropriação social da propriedade – nacionalização ou participação maioritária (...)» in Princípios Fundamentais, Declaração de Princípios e Programas PS (p. 2), aprovado no VI Congresso Nacional, Lisboa, 1986; e o item 16: «(...) devem ser introduzidas formas de devolução de poderes administrativos

para entidades privadas (...)» in *Democracia e Organização do Poder Político*, Programa PSD (p. 37), aprovado no XVI Congresso Nacional, Porto, 1992.

Primeiramente constituída por 30 questões/afirmações a escala apresenta na sua forma final (a utilizada no estudo) 28 itens. A APOLE foi pois previamente testada (pré-teste) para avaliar a consistência interna da mesma por um total de 30 sujeitos, 15 militantes PS e 15 militantes PSD. Os dois itens eliminados – item # 1: o papel do Estado deve ser o da fixação das regras do jogo de funcionamento do sistema; item # 2: as preocupações económicas devem estar acima das políticas – apresentavam uma correlação negativa item-score total, permitindo a sua eliminação o incremento do  $\alpha$  de Cronbach ( $\alpha = .73$  no pré-teste). Tais resultados verificados com os dois itens estariam, certamente relacionados com a subjectividade e a baixa discriminação associadas aos mesmos, na sua formulação/construção.

O  $\alpha$  de Cronbach encontrado após a aplicação da escala aos 120 sujeitos da amostra foi de  $\alpha = .82$ , o que permite concluir, quanto à fidelidade da APOLE, ser esta bastante aceitável.

A atitude face a cada um dos itens foi avaliada através de escalas de cinco pontos com as seguintes opções de resposta: concordo totalmente; concordo; não concordo nem discordo; discordo e discordo totalmente.

A pontuação dos itens obedeceu ao seguinte critério: a um mais alto score correspondeu uma atitude mais favorável a um maior intervencionismo do Estado (desfavorável a menor intervenção do Estado), atribuindo-se, para os itens construídos no sentido de maior intervenção do Estado, à opção «concordo totalmente» o valor cinco; ao «concordo» o valor quatro; ao «não concordo nem discordo» o valor três; ao «discordo» o valor dois e ao «discordo totalmente» o valor um. A um mais baixo score correspondeu uma atitude mais desfavorável a maior intervencionismo do Estado (favorável a menor intervenção do Estado), sendo, para os itens formulados no sentido de menor intervenção do Estado, a opção «concordo totalmente» cotada com o valor um; o «concordo» com o valor dois; o «não concordo nem discordo» com o valor três; o «discordo»

com o valor quatro e o «discordo totalmente» com o valor cinco.

Os itens eliminados no pré-teste foram os seguintes:

Item # 1. «O papel do Estado deve ser o da fixação das regras do jogo de funcionamento do sistema», em que ao «concordo totalmente» correspondia o valor cinco e ao «discordo totalmente» o valor um.

Item # 2. «As preocupações económicas devem estar acima das políticas», correspondendo à opção «concordo totalmente» o valor um e à opção «discordo totalmente» o valor cinco.

A forma final da escala APOLE constou com os seguintes 28 itens:

Item 1. «Deve combater-se os grandes grupos económicos concentrados e dominantes.»

Item 2. «A intervenção do Estado deve ser menos autoritária.»

Item 3. «A TAP deve permanecer com capital maioritariamente público.»

Item 4. «Deveria ser criado um salário máximo nacional.»

Item 5. «É imprescindível fomentar o ensino não estadual.»

Item 6. «O Estado deve ter um papel menos dirigista e mais de promoção e apoio.»

Item 7. «O poder económico deve subordinar-se ao poder político.»

Item 8. «Deve ser dada maior autonomia às organizações particulares.»

Item 9. «O património do Estado deve ser aumentado.»

Item 10. «As grandes empresas não devem ser privadas.»

Item 11. «O serviço Nacional de Saúde não deve ser exclusivamente público.»

Item 12. «Os monopólios privados devem ser eliminados.»

Item 13. «O governo deve controlar a execução das políticas de investimento económico.»

Item 14. «Deve garantir-se um amplo espaço de liberdade à iniciativa e criatividade das organizações da sociedade civil.»

Item 15. «O Estado deveria poder intervir na gestão das empresas privadas.»

Item 16. «Devem ser criadas formas de devo-

lução de poderes administrativos (Administração Pública) para entidades privadas.»

*Item 17.* «O Estado deve controlar a concorrência económica.»

*Item 18.* «A sociedade civil deve ter um peso maior em relação ao Estado.»

*Item 19.* «A nacionalização das grandes empresas é uma medida negativa.»

*Item 20.* «Existem demasiadas empresas públicas – EP's.»

*Item 21.* «Os lucros das empresas deveriam ter um limite máximo.»

*Item 22.* «O Estado deve ter um papel de orientação e distribuição da produção.»

*Item 23.* «Deve ser possível ao Estado recorrer à apropriação social da propriedade – nacionalização ou participação maioritária.»

*Item 24.* «A propriedade privada e a liberdade económica são as condições do progresso e do bem-estar de todos.»

*Item 25.* «Deve ser dado um relevo particular ao desenvolvimento da propriedade cooperativa.»

*Item 26.* «A promoção das instituições privadas de solidariedade social é uma medida positiva.»

*Item 27.* «O Estado deve ser visto como meio de transformação social.»

*Item 28.* «As empresas têm que, obrigatoriamente, ter objectivos sociais, designadamente o do emprego.»

No que diz respeito aos itens 1, 3, 4, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 25, 27 e 28, acusando o critério já exposto, a cotação das respostas foi a seguinte: concordo totalmente = 5; concordo = 4; não concordo nem discordo = 3; discordo = 2; discordo totalmente = 1. Relativamente aos restantes, ou seja, os itens 2, 5, 6, 8, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 24 e 26, procedeu-se à cotação da forma imediata: concordo totalmente = 1; concordo = 2; não concordo nem discordo = 3; discordo = 4; discordo totalmente = 5.

### 2.3. Procedimento

Com o objectivo de testar a fidelidade da escala utilizada e especificamente concebida para o objecto de estudo em causa (APOLE), foi realizado um pré-teste, solicitando-se para tal a cola-

aboração de 15 militantes PS e 15 militantes PSD num total de 30 sujeitos.

Para a obtenção destes mesmos, bem como para a constituição da amostra considerada nesta investigação, no que diz respeito aos militantes base dos dois partidos foram consultados os órgãos administrativos partidários e homólogos para a área da Grande Lisboa – FAUL, Federação da Área Urbana de Lisboa, do Partido Socialista e Distrital do Partido Social Democrata.

Em relação aos sujeitos da amostra deputados à Assembleia da República, socialistas e social-democratas, o contacto com os mesmos foi precedido por entrevistas, já no Palácio de São Bento, com os chefes de gabinete do Grupo Parlamentar de pertença, onde foram entretanto fornecidas, respectivamente claro está, as listas dos deputados de cada partido. Foram posteriormente enviadas cartas individuais a todos, ou quase todos, os deputados de ambos os partidos, apelando para a cooperação dos referidos, ao que se seguiram inumerosíssimas visitas ao Parlamento com o intuito de confirmar a prestimosa colaboração de um ou outro, de mais este ou aquele, dos senhores deputados que, muito paulatinamente e com dificuldade, foram perfazendo o número previamente estipulado para a amostra (30 deputados do PS, 30 deputados do PSD).

Na abordagem individual aos sujeitos, quer deputados, quer militantes base, foram transmitidos os objectivos, características gerais do estudo, o carácter exclusivamente académico do mesmo, a garantia de total confidencialidade dos dados das respostas ao questionário, e também o seu anonimato.

O local para a realização do questionário foi o pretendido pelos sujeitos inquiridos, garantindo-se, tanto quanto possível, que o dito reunia as condições mínimas exigíveis de privacidade e comodidade.

Quanto ao tempo de resposta ao questionário, foi o tornado necessário para cada um dos sujeitos. No fim, a manifestação de franco agradecimento aos respondentes.

Como procedimento seguinte, a cotação das respostas expressas nos questionários, os valores quantificados relativos aos scores individuais, e os scores dos grupos. Por último, submeteram-se estes, e uma vez ser propósito do estudo a comparação entre grupos (between-group design), ao

QUADRO 1  
ANOVA: PS versus PSD

PARTIDO POLÍTICO	média	desvio-padrão	df (graus de liberdade)	F (valor da estatística F)	P (nível significância)
PS	2.8702	.4019	1	46.7405	.0000
PSD	2.4137	.3256	118		

conveniente e pertinente tratamento estatístico, com base na análise de variância - ANOVA.

### 3. RESULTADOS

Na comparação entre PS e PSD (Quadro 1), os resultados obtidos através da análise de variância revelaram, com um grau de confiança de 95%, a existência de diferenças significativas entre os dois partidos ( $F(1, 118) = 46.74; p = .000$ ).

O PS obtendo uma média ( $M=2.87$ ) significativamente superior à média do PSD ( $M=2.41$ ), expressou uma atitude mais favorável a uma maior intervenção do Estado relativamente ao segundo. Os socialistas registaram ainda, embora ligeiramente, maior dispersão em relação à média dos seus resultados do que os social-democratas.

No propósito de analisar a validade factorial das questões que constituem a APOLE, a matriz de dados foi submetida a uma análise factorial em componentes principais com rotação ortogonal. O método utilizado foi o método Varimax.

Foram extraídos nove factores de acordo com o critério de Kaiser: seleccionando os factores com valor próprio (eigenvalue) superior a um, ou seja, excluindo os factores que explicavam menos variância do que uma simples variável. O total da variância explicada pelo conjunto dos nove factores é, em percentagem, de 64,1%.

Observando-se de seguida a saturação ou peso factorial de cada item relativamente aos factores, foram seleccionados todos os itens com saturações factoriais iguais ou superiores a .45 em módulo. De referir que foram considerados três itens que, apesar de algo ambíguos, aparecendo cada um deles simultaneamente saturado em

dois factores – o item 10, nos factores 1 e 2; o item 14, nos factores 4 e 7; e o item 25, nos factores 2 e 7 – ajudariam, contribuindo para maior lógica e sentido dos mesmos, na sua interpretação. O item 19 («A nacionalização das grandes empresas é uma medida negativa»), não apresentando peso significativo em nenhum dos factores, foi naturalmente ignorado.

Objectivando avaliar a fidelidade de cada um dos nove factores considerados, foi ainda efectuado o cálculo do Alfa de Cronbach, para cada um destes.

Tendo obviamente em conta o conteúdo dos itens saturados por cada factor, em especial os de seu maior peso, foram atribuídas aos factores as seguintes designações:

Factor 1 – *Estatização vs Privatizações*

Factor 2 – *Política de Salários / Lucros*

Factor 3 – *Património do Estado*

Factor 4 – *Sociedade Civil vs Estado*

Factor 5 – *Concorrência Económica*

Factor 6 – *O Estado Centro da Economia*

Factor 7 – *Supremacia do Poder Político*

Factor 8 – *Imposição do Estado*

Factor 9 – *Solidariedade Social: Estado vs Privado*

Entre os dois partidos (Quadro 2), constatou-se a existência de diferenças significativas nos factores 1 – *Estatização vs Privatizações* ( $F(1, 118) = 50.00; p = .000 (p < .05)$ ), 2 – *Política de Salários/Lucros* ( $F(1, 118) = 21.63; p = .000 (p < .05)$ ), 3 – *Património do Estado* ( $F(1, 118) = 26.72; p = .000 (p < .05)$ ), e 5 – *Concorrência Económica* ( $F(1, 118) = 24.33; p = .000 (p < .05)$ ), tendo os socialistas registado médias mais elevadas ( $M=2.91, M=2.71, M=3.05$  e  $M=3.54$ , respectivamente) que os social-democratas

QUADRO 2  
ANOVA (factores): PS versus PSD

FACTORES	PARTIDO POLÍTICO	média	desvio-padrão	df	F	P
F1 - Estatização vs Privatizações	PS	2.9133	.6863	1	50.0014	.0000
	PSD	2.0800	.6019	118		
F2 - Política de Salários/Lucros	PS	2.7139	.7352	1	21.6316	.0000
	PSD	2.1667	.5385	118		
F3 - Património do Estado	PS	3.0500	.8161	1	26.7194	.0000
	PSD	2.3444	.6722	118		
F4 - Sociedade Civil vs Estado	PS	1.8000	.4476	1	.2773	.5995
	PSD	1.8500	.5836	118		
F5 - Concorrência Económica	PS	3.5375	.6809	1	24.3315	.0000
	PSD	2.9000	.7337	118		

(M=2.08, M=2.17, M=2.34 e M=2.90, respectivamente). Deste modo, manifestando os primeiros, quando comparados com os segundos, uma atitude mais favorável à intervenção do Estado nestas áreas – mais Estado para o PS (Gráfico 1).

Para o factor 4 – *Sociedade Civil vs Estado* não foram encontradas diferenças significativas ( $F(1, 118) = .28; p=.60 (p<.05)$ ). Neste factor, os socialistas apresentaram mesmo uma média ligeiramente inferior (M=1.80) – menos Estado – à média dos social-democratas (M=1.85) – mais Estado – constituindo estas duas médias as mais baixas verificadas no conjunto dos cinco factores considerados.

Relativamente aos factores onde foram observadas diferenças significativas, a maior diferença entre socialistas e social-democratas verificou-se no factor 1 – *Estatização vs Privatizações* ( $F = 50.00$ ), denotando-se a sua menor diferença no factor 2 – *Política de Salários/Lucros* ( $F = 21.63$ ).

De notar ainda o factor 5 – *Concorrência Económica*, onde PS (M=3.54) e PSD (M=2.90) registaram as suas maiores médias, chegando mesmo no caso, os social-democratas a ultrapassar as médias dos socialistas nos factores 1 e 2,

ficando muito próximos da média destes no factor 3.

A análise discriminante, possibilitando testar a validade de critério da APOLE pela potência discriminativa de sujeitos respeitantes às áreas ideológicas diferenciadas do PS e do PSD, revelou um efectivo poder discriminante classificando correctamente 74% do total de sujeitos.

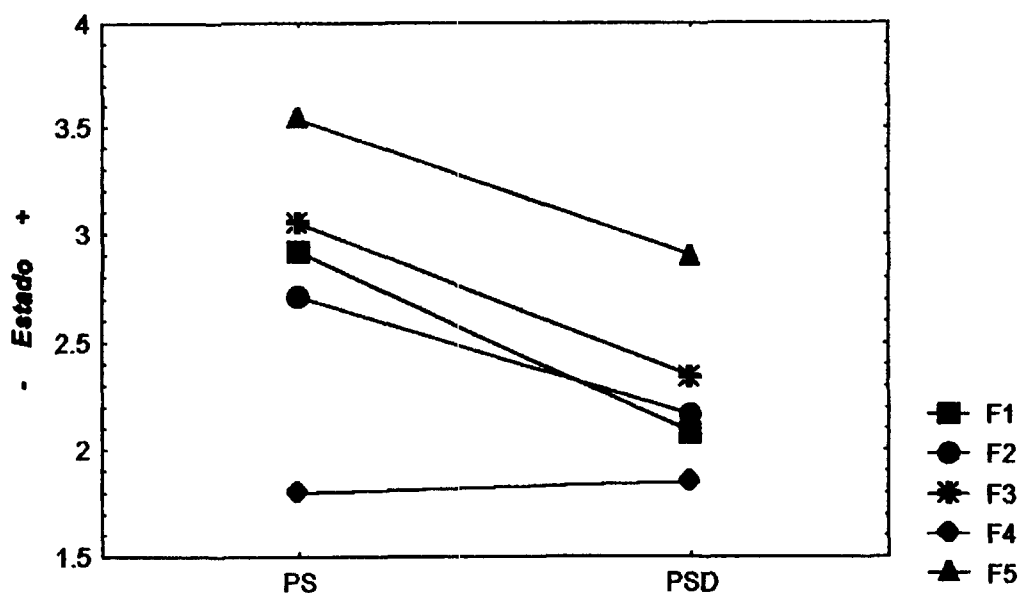
O PS, com um resultado de 72%, evidenciou uma ligeira menor homogeneidade ideológica quando confrontado com o PSD, tendo sido correctamente classificados no seu grupo 77% dos social-democratas.

No Quadro 3, são sumarizados os resultados da classificação por análise discriminante, em termos de alocação dos sujeitos pertencentes a cada um dos grupos, ao seu e ao outro grupo.

#### 4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados observados permitem suportar a formulação ponderada na hipótese considerada na presente investigação. Efectivamente, na grande questão que motivou este trabalho (outras análises foram concretizadas *in Maximiano, 1995*), o confronto entre PS e PSD, as atitudes dos socialistas e dos social-democratas distinguem-

GRÁFICO 1  
Médias de cada um dos factores por partido político



QUADRO 3  
Análise Discriminante: Resultados da classificação

Grupo Actual	Número de Casos	Grupo Predicto	
		PS	PSD
PS	60	72%	28%
PSD	60	23%	77%

Sujeitos correctamente classificados: 74.17%

ram-se em aspectos de natureza económica – *Estatização vs Privatizações, Política de Salários/Lucros, Património do Estado e Concorrência Económica* – que remetem indiscutivelmente para o domínio da política económica, sendo os primeiros (PS) a favor de um maior intervencionismo do Estado nesta área relativamente aos segundos (PSD).

É, contudo, na temática da *Estatização vs Privatizações* que socialistas e social-democratas mais demarcam as suas posições, demonstrando inequivocamente os elementos «laranja» maior

predisposição, em relação aos adversários políticos do partido da «rosa», para as privatizações – menos Estado. Uns e outros manifestam ainda alguma concordância na preocupação que denotaram de uma maior intervenção do Estado ao nível do controlo da *Concorrência Económica*, se bem que claramente superior nos socialistas.

Traduzindo as atitudes políticas princípios ideológicos («The citizen who has absorbed the socially approved ideology will have the corresponding attitudes, inscribed in ritual practices according to the correct principles», Althusser

citado por Billig, 1988, p. 31), poder-se-á ousar afirmar que socialistas e social-democratas perfilham de distintas perspectivas ideológicas, designadamente ao nível do modelo económico idealizado, mais socialista ou mais liberal, que subentenderá a condizente política económica.

O PS indicia pois estar mais próximo de um modelo económico do tipo socialista (com maior intervenção do Estado), que o PSD, aparentemente mais liberal (com menor intervenção do Estado). Soczka (1983) obteve no estudo sobre atitudes políticas em Portugal por si realizado, resultados algo semelhantes, tendo para a FRS (Frente Republicana e Socialista), que então incluía o PS, encontrado scores mais elevados em *socialismo económico* que a AD (Aliança Democrática), onde estava na época inserido o PSD.

No mesmo estudo o autor averiguou também, por análise discriminante, uma menor homogeneidade ideológica no grupo FRS (PS) em relação ao grupo AD (PSD), o mesmo se comprovando na investigação presente onde o PS revela, embora assente numa ténue diferença, menor semelhança na identificação ideológica dos seus membros comparativamente aos social-democratas. Crê-se mais de salientar que, para partidos interclassistas, englobadores, *catch-all-parties*, onde é suposta relevante diferenciação ideológica interna (Aguiar, 1988), os dados disponíveis resultantes da classificação, relativamente elevados, evocam uma, logicamente também relativa, consistente identidade ideológica nos dois partidos.

Quanto ao instrumento utilizado para a medição das atitudes, na presente investigação, a escala APOLE, de frisar a sua considerável fidelidade e a capacidade discriminante que denotou possuir, podendo inferir-se sobre a sua bastante razoável validade de critério. Todavia, e pese embora daí resulte simultaneamente também vantagem, a APOLE, ao fundamentar-se nos textos programáticos partidários, atribuindo estes particular ênfase à dimensão económica, revela acentuado pendor para a temática da economia, para a política económica, e as atitudes avaliadas respeitantes sobretudo a esta, que não era necessariamente o propósito do estudo.

Em futuras investigações, caso seja pretensão dos autores colmatar as lacunas existentes, poderá proceder-se a alterações na escala, introdu-

zindo novos itens mais de natureza social, educativa, religiosa e mesmo de matéria europeia.

Advém, com pertinência, chamar a atenção que, para estudo dos complexos objectos políticos, importará ao investigador não se resignar a uma singular leitura do real, correndo o sério risco de se tornar reduccionista na abordagem dos problemas, mas, para sua mais cabal apreensão, conjugar diferentes perspectivas, fomentando a multidisciplinariedade que é, afinal, apnágio da própria Psicologia Política.

Para o psicólogo interessado na fascinante problemática da interacção dos fenómenos político e psicológico, e no frequente recurso à ferramenta que representa a sua competência em lidar com o conceito de *atitude*, será porventura útil lembrar que, como qualquer outro atributo psicológico do sujeito, e sendo a atitude uma variável qualitativa e latente, não deve ser medida através de um único índice ou variável, tornando-se imperativo o usufruto de uma multiplicidade destes, adequadamente ajustados ou compatíveis com a complexidade dos objectos de estudo. Vala (1986), dá conta das virtualidades dos métodos de observação e experimentais (ciclo observação-experimentação) que caracterizam a tradição de investigação empírica em Psicologia Social, como potencialmente eficazes no estudo do pensamento sobre os objectos políticos.

Em conclusão, o Partido Socialista surge, efectivamente, como um partido mais estatista, mais socialista ou, se se quiser, mais socializante, enquanto o Partido Social Democrata se apresenta como um partido menos estatista, mais liberal, no plano económico.

Mas será que as atitudes observadas que sugerem tal asserção se manterão imutáveis ao longo do tempo? Não terá a proximidade eleitoral, aquando da recolha dos dados em ano de eleição, influenciado as atitudes? Cumprirão estas apenas as suas funções sociais de identificação e diferenciação grupais? Terá o comportamento político, a prática política dos dois partidos, directamente a ver com as atitudes manifestadas? Convirá não esquecer que como partidos da área do poder eles manterão tendências para ir criando plataformas de maior ou menor estabilidade que permitam, não só adaptações a sucessivas conjunturas, como sobretudo a coexistência de

ideologias e interesses diversificados. Significa afirmar que os pesos e as formas da coexistência darão, no plano dos valores, e sem perda de uma polaridade central, resultantes ideológicas de geometria variável (Almeida, 1990), logo, susceptíveis de influenciar as atitudes, talvez diferenciando-as.

Ambos os partidos reconhecem, aliás, a importância de um crescente aumento do peso da sociedade civil em relação ao Estado, chegando mesmo os socialistas a expressar uma atitude ligeiramente mais favorável neste sentido («menos Estado»), quando comparados com os social-democratas.

*Ubi veritas?*

«O importante é nunca parar de perguntar.»

Albert Einstein

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, J. (1988). Democracia pluralista, partidos políticos e relações de representação. *Análise Social*, 24 (100), 759-783.
- Almeida, J. (1990). *Valores e representações sociais. Portugal: Os próximos 20 anos, VIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Billig et al (1988). *Dilemmas of ideology: A social psychology of everyday thinking*. London: Sage Publications.
- Bruneau, T., & MacLeod, A. (1986). *Politics in contemporary Portugal. Parties and consolidation of democracy*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Eysenck, H. J. (1951). Primary social attitudes as related to social class and political party. *British Journal of Sociology*, 2 (3), 198-209.
- Eysenck, H. J. (1954). *The Psychology of politics*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Eysenck, H. J., & Wilson, G. D. (1978). *The psychological basis of ideology*. Lancaster: MTP Press Ltd.
- Hermann, M. G. (1986). What is Political Psychology? In M. G. Hermann (Ed.), *Political Psychology* (pp. 1-10). San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Lane, R. (1963). Political and Psychology. In S. Koch (Ed), *Psychology: A study of a science. Investigations of man as socius: Their place in Psychology and the social sciences* (pp. 583-638). New York: McGraw-Hill Book Company.
- Lane, R. E. (1983). *What is Political Psychology? Remarks made during a roundtable at meeting of the International Society of Political Psychology*. St. Catherine's College: Oxford University.
- Lane, J. E., & Ersson, S. (1987). *Politics and society in Western Europe*. London: Sage Publication.
- Lima, M. (1993). Atitudes. In J. Vala, & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 167-199). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Maximiano, R. (Ed.) (1995). *PS e PSD: Que diferença? Atitudes Políticas face à intervenção do Estado*. Monografia de Licenciatura em Psicologia Social, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- McGuire, W. (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds), *The handbook of social psychology* (Vol. II, pp. 233-346). New York: Newbery Award Records, Inc.
- Partido Social Democrata (1992). *Programa*. Porto: XVI Congresso Nacional.
- Partido Socialista (1986). *Declaração de princípios e programas*. Lisboa: VI Congresso Nacional.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of the human values*. New York: Free Press.
- Sears, D. O. (1987). Political psychology. *Annual Review Psychology*, 38, 229-255.
- Smith, M. B. (1968). A map for the analysis of personality and politics. *Journal of Social Issues*, 24, 15-28.
- Smith, M. B. (1973). Political attitudes. In J. N. Knutson (Ed), *Handbook of political psychology*. San Francisco: Jossey-Bass
- Soczka, L. (1983). A estrutura das atitudes socio-políticas em Portugal. *Psicologia*, 4, 223-238.
- Vala, J. (1986). Perspectivas psico-culturais e psico-sociais e estudo das culturas políticas na sociedade portuguesa. *Revista de Ciência Política*, 4, 23-35.

#### RESUMO

Existe ou não diferença entre PS e PSD, nos seus militantes ou aderentes, nas atitudes face ao tipo de intervenção que o Estado deve ter na Sociedade?

A resposta a esta questão constituiu o propósito da presente investigação, que contou com a participação de 120 sujeitos: 30 militantes base (60 no total) e 30 deputados da Assembleia da República (60 no total) de cada um dos dois maiores partidos políticos portugueses: O Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Como instrumento, para a medição das atitudes, foi construída especificamente uma escala tipo Likert, produto, fundamentalmente, da análise do conteúdo dos princípios e programas partidários: APOLE (atitudes políticas face à intervenção do Estado), que revelou uma fidelidade bastante aceitável, obtendo um elevado  $\alpha$  de Cronbach, e um considerável poder discriminante.

Os resultados da Anova parecem demonstrar uma

efectiva divergência entre socialistas e social-democratas, designadamente em aspectos de política económica, manifestando os primeiros, relativamente aos segundos, uma atitude mais favorável a uma maior intervenção do Estado nesta área.

#### ABSTRACT

Do Socialists (PS) and Liberal Democratic and Reformist Party (PSD), differ in their attitudes toward state's intervention in societal organization?

The answer to this question was the aim of the present research. This involved 120 subjects: 30 basis

militants (60 on total) and 30 parliamentary deputies (60 on total) from each one of the two most expressive portuguese political parties.

As instrument, for the measurement of attitudes, a type of Likert's scale was specifically conceived, mainly as a product of the parties' programs analysis: APOLE (political attitudes toward state's intervention), which revealed a very acceptable reliability as measured by a high Cronbach's Alpha, and a considerable discriminant power.

The Anova's results revealed an effective disagreement between socialists and liberals, namely on economic policy aspects. The Socialist Party appear to be associated to «more state» than the Liberal Party, in this political area.